

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM PORTO PRÍNCIPE, HAITI**

Candidato MSC LUÍS GUILHERME NASCENTES DA SILVA

PERFIL DO CANDIDATO



Nascido em 3/3/1974, no Rio de Janeiro /RJ, o Ministro de Segunda Classe Luís Guilherme Nascentes da Silva é Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ (1992-1996). Possui mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2003) e pela Fletcher School of Law and Diplomacy, Tufts University (Tese: "Pou Evite Bansan - *An Analysis of the main challenges to Haiti's Stability - a blueprint for the interaction amongst the political, development and the peace and security agendas in post-conflict situations*" - 2015). Concluiu Diplomado em Negociações Comerciais Internacionais pelo Colégio de México (2020). Possui Doutorado em Políticas Públicas pelo Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE), México (2021).

Ingressou na carreira diplomática em 1997. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 2006 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2011, com a tese "A Estruturação da Política Internacional de Combate ao Terrorismo e suas Implicações para o Brasil". No Brasil, desempenhou funções na Consultoria Jurídica (CJ) (Coordenador de Direito Internacional, 1999-2000), na Secretaria-geral Adjunta (2000-2001); na Divisão da América Meridional I (2001-2002) e na Divisão das Nações Unidas (DNU) (2002-2004). Foi assessor do Secretária-Geral das Relações Exteriores (2007-2008). Foi membro da Força Tarefa que negociou o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, bem como promoveu sua incorporação à legislação doméstica brasileira (1999-2000). Membro da Força Tarefa responsável pela criação da Comissão Nacional para a Implementação do Direito Internacional Humanitário no Brasil (2003-2004). Representante, Alternativo, do Ministério das Relações Exteriores, no Conselho de Defesa Nacional (2007-2008).

No exterior, serviu duas vezes na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York (2004-2007 e 2010). Foi membro, em duas oportunidades, da equipe do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como membro não-permanente (2004-2005 e 2010). Foi ponto focal, na Missão do Brasil, para o Haiti, tendo participado da negociação do mandato da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Foi membro, em nível de perito, do Comitê de Contraterrorismo do CSNU (2004-2005). Foi cedido ao Gabinete do Presidente da Assembleia-Geral das Nações Unidas (2008-2009). Foi membro do núcleo de Apoio ao Haiti (voluntário), deslocado à República Dominicana e ao Haiti após o terremoto que vitimou Porto Príncipe em 2010. Serviu na Embaixada em Porto-Príncipe (Haiti) (2010-2013), tendo sido comissionado Ministro-Conselheiro de 2012 a 2013. Foi ponto focal, na Embaixada em Porto-Príncipe, junto à Comissão Interina para a Reconstrução do Haiti e o Marco de Coordenação da Ajuda Externa ao Desenvolvimento do Haiti (2012-2013). Foi Cônsul-Geral, Adjunto, do Brasil no México (2013-2017). Serviu, como conselheiro político (2017-2020), e Ministro-Conselheiro, na Embaixada do Brasil na Cidade do México (2020-2022). É Ministro-Conselheiro na Embaixada do Brasil em Bogotá (de 2022 até a presente data).

É membro da Ordem do Rio Branco no grau de Comendador (2013) e possui as seguintes condecorações e reconhecimentos: Medalha do Mérito Naval, Brasil, Oficial (2013); Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil, Oficial (2010); Medalha do Mérito Militar, Brasil, Oficial (2007); Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro (2006). Reconhecimento do Diretor-Geral da Polícia Federal pela parceria e apoio à PF (2017); Membro Honorário da Força Aérea Brasileira (2023).

Luís Guilherme é casado com Ana Paola Barbosa Fenández. Sua trajetória diplomática demonstra sua capacidade para defesa e promoção dos interesses brasileiros como embaixador no Haiti.

I – Política Interna

A Constituição haitiana promulgada em 1987 estabelece que o Poder Executivo é exercido por um presidente da República, eleito por sufrágio universal direto, e por um primeiro-ministro, indicado pelo presidente entre os membros do partido majoritário no Parlamento, e aprovado por este. Na prática, a governabilidade haitiana tem sido profundamente afetada por crises institucionais, disputas entre os poderes e sucessivos períodos de instabilidade. Não se realizam eleições no país desde 2016. Desse modo, desde janeiro de 2020, o país enfrenta um vácuo legislativo, com o Congresso dissolvido após o término dos mandatos sem a realização de novas eleições, situação que se agravou com o assassinato do presidente Jovenel Moïse, em 2021. Em consequência, o Haiti passou a ser governado por um primeiro-ministro interino, Ariel Henry, que assumiu o controle do Executivo em caráter emergencial.

Com a vacância presidencial desde 2021, várias tentativas de formação de governo de transição ou de governo de unidade nacional fracassaram. Em 2024, sob mediação da Comunidade do Caribe (CARICOM), foi formado o Conselho Presidencial de Transição (CPT), com o objetivo de preparar eleições e restabelecer a ordem constitucional. Os membros do CPT representam nove grupos de tendências políticas diversas e por vezes opostas. O mandato do CPT encerra-se em 7/2/2026. A presidência do CPT é rotatória e cada membro exerce o cargo por cinco meses. O CPT inicialmente nomeou Garry Conille como primeiro-ministro, que foi substituído pelo empresário Alix Didier Fils-Aimé em novembro de 2024.

O Poder Judiciário é formalmente independente, sendo o mais alto órgão a Corte de Cassação, equivalente a uma Suprema Corte. Entretanto, a efetividade do Judiciário é limitada por graves problemas estruturais, escassez de recursos e baixa presença do Estado em diversas regiões do país.

O Haiti conta com um Conselho Eleitoral Provisório formado por nove membros, com a missão de organizar as eleições nacionais e locais. Sete de seus membros tomaram posse em outubro de 2024, mas, em meio à insegurança generalizada e ao controle de parte do território por grupos criminosos, não há perspectiva razoável de realização de eleições no curto prazo. Quando o CPT foi constituído em abril de 2024, foi anunciado que as eleições seriam realizadas até o final de 2025.

II – Política Externa

Os principais eixos da política externa haitiana são a busca por assistência internacional à reconstrução e estabilização do país; a intensificação de laços com países do Caribe e da América Latina; e a projeção de um Haiti resiliente e democrático no sistema internacional.

Em razão de sucessivas crises políticas, desastres naturais e insegurança interna, a agenda externa do Haiti é fortemente centrada na cooperação técnica, humanitária e de segurança. O país figura entre os principais beneficiários da ajuda internacional no hemisfério ocidental, com destaque, como doadores, para Estados Unidos, Canadá, União Europeia, ONU e, em anos recentes, China e Turquia. A presença de missões de paz da ONU por mais de 15 anos (MINUSTAH e, mais tarde, BINUH) moldou profundamente a forma como o país se relaciona com a comunidade internacional.

O apoio financeiro dos Estados Unidos é crucial para o orçamento haitiano. Estima-se que cerca de 60% do orçamento do Ministério da Saúde haitiano, por exemplo, era conformado por recursos advindos da

USAID. Os recentes cortes anunciados pela agência norte-americana representam enorme desafio para a manutenção dos serviços de saúde do país.

As prioridades regionais da política externa haitiana concentram-se na Comunidade do Caribe (CARICOM), da qual o Haiti é membro desde 2002. O país vê na integração caribenha um vetor estratégico para superar seu isolamento econômico e diplomático e ampliar suas capacidades institucionais. A participação ativa em fóruns como a Associação de Estados do Caribe (AEC) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) também confere ao Haiti espaços para expressar sua visão sobre temas como mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, migrações e cooperação para a paz.

No plano global, o Haiti tradicionalmente apoia o multilateralismo, a reforma das instituições de governança internacional e o fortalecimento da participação dos países em desenvolvimento nas instâncias decisórias. Ao longo das décadas de 2000 e 2010, o país tem votado de forma consistente a favor de resoluções que defendem o desarmamento, os direitos humanos e a autodeterminação de povos colonizados, sendo voz ativa em resoluções de condenação ao embargo a Cuba e defensor da causa palestina.

O Haiti também busca parcerias estratégicas com países emergentes, por meio de fóruns como o G77 e a CELAC. O país integra o Movimento dos Países Não Alinhados e tem participado ativamente das cúpulas América Latina-Caribe-África e América Latina-Ásia. Ao lado disso, cultiva relações particularmente intensas com o Brasil, com quem compartilha histórico recente de cooperação técnica e envolvimento direto em questões de estabilização e reconstrução pós-terremoto.

Nos últimos anos, o Haiti tem buscado reposicionar-se como ator internacional, apesar das limitações domésticas. A sucessão de crises internas desde o assassinato do presidente Jovenel Moïse, em 2021, e o colapso da ordem institucional colocaram a política externa haitiana em modo reativo, com ênfase na obtenção de apoio para restaurar a segurança interna.

Embora o Haiti seja um dos países mais vulneráveis do mundo às mudanças do clima, sua atuação internacional no tema de mudanças climáticas é limitada pela escassez de recursos e pela necessidade de priorizar demandas mais imediatas. Ainda assim, o país participa dos principais fóruns ambientais e tem defendido com ênfase o financiamento climático para adaptação e reconstrução, bem como a transferência de tecnologias verdes para os países mais pobres.

A política externa haitiana reafirma também a necessidade de reforma da governança global. Em declarações recentes, autoridades haitianas defenderam o reforço da representatividade africana e latino-americana no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o fortalecimento da arquitetura financeira internacional e o reconhecimento das especificidades dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

III – Economia e comércio

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Haiti é a economia menos desenvolvida do hemisfério ocidental, com PIB nominal estimado em US\$ 21,6 bilhões em 2024 e renda per capita de aproximadamente US\$ 1.740, a mais baixa da América Latina e do Caribe. A economia haitiana é fortemente vulnerável a choques externos, desastres naturais, instabilidade política crônica e disfunção institucional, fatores que historicamente impedem seu crescimento sustentável. De acordo com o Banco Mundial, o país enfrenta sete anos consecutivos de recessão, com retração de 4,2% no PIB real em 2024, segundo o FMI.

A estrutura econômica haitiana é dominada pelo setor de serviços, que responde por cerca de 58% do PIB, ainda que grande parte da atividade ocorra na economia informal, que emprega mais de 80% da

população ativa. Os serviços concentram-se sobretudo em comércio ambulante, transporte informal, prestação de serviços comunitários e administração pública. O país também possui presença mínima no setor de turismo, fortemente afetado por problemas de segurança.

O setor agrícola, apesar de declinante em participação no PIB (cerca de 21%), ainda emprega aproximadamente 36% da força de trabalho. A produção baseia-se em agricultura de subsistência, com predomínio de culturas como milho, arroz, banana, mandioca e cana-de-açúcar. As exportações agrícolas concentram-se em café, manga e cacau, embora a produtividade permaneça baixa em razão de práticas rudimentares, degradação ambiental e escassa infraestrutura de irrigação. Menos de 30% das terras agrícolas são irrigadas, e mais da metade da população rural sofre com insegurança alimentar.

O setor industrial é restrito e representa cerca de 20% do PIB, com destaque para a manufatura têxtil voltada à exportação para os Estados Unidos, em regime de isenção tarifária disposto nas leis HOPE/HELP. Estima-se que o setor empregue 50 mil trabalhadores formais, configurando-se como a principal fonte de emprego formal nas zonas urbanas. A atividade industrial, no entanto, sofre interrupções frequentes em razão da violência urbana, da instabilidade política e da escassez de energia elétrica.

A economia haitiana é sustentada, em grande parte, por remessas enviadas pela diáspora, que cresceram 11% em 2024 e representam cerca de 20% do PIB. Estima-se que mais de 2 milhões de haitianos residam no exterior, especialmente nos EUA, República Dominicana, Canadá e Chile. Essas remessas são fundamentais para o consumo interno e para a sobrevivência de milhões de famílias haitianas. Estima-se que no Brasil residam pouco menos de 200 mil haitianos.

Segundo o FMI, a inflação em 2024 foi de 25,9%, com tendência de alta no início de 2025, alcançando 27,9% ao final do ano, em virtude da alta dos preços de alimentos e energia. A dívida pública haitiana manteve-se moderada, em torno de 13,9% do PIB, graças à combinação entre baixo endividamento externo e apoio orçamentário internacional. Ainda assim, a receita fiscal é insuficiente, e o investimento público caiu a 6,1% do PIB em 2024, dificultando a execução de políticas de infraestrutura.

A balança comercial do Haiti é estruturalmente deficitária. Em 2023, o país importou cerca de US\$ 5 bilhões, principalmente combustíveis, arroz, medicamentos e produtos industrializados, enquanto exportou apenas US\$ 1,3 bilhão, concentrados em têxteis e frutas. Em 2024, segundo o FMI, as exportações caíram 20% e as importações recuaram 9%, reflexo da paralisação da atividade econômica e da queda na demanda interna.

A estagnação prolongada tem afetado o clima de negócios, marcado por falta de crédito, insegurança jurídica e criminalidade. O setor privado praticamente cessou novos investimentos, com empresários apontando riscos inaceitáveis à operação contínua. O índice de confiança empresarial, segundo dados locais, está em seu nível mais baixo desde o terremoto de 2010. A queda dos investimentos já dura mais de cinco anos, com capital nacional e estrangeiro migrando para outros países do Caribe e América Central.

O mercado de trabalho encontra-se paralisado, com altos índices de desemprego e informalidade. Estima-se que apenas 20% da força de trabalho tenha emprego formal, e a maior parte da população jovem permanece fora do sistema educacional ou produtivo. A inflação elevada, o câmbio desvalorizado e os altos custos logísticos contribuem para o aumento do custo de vida e para a deterioração do poder de compra.

Nesse cenário, o FMI considera pouco provável uma retomada econômica significativa antes de 2026, a menos que haja avanços concretos no processo político interno, redução da violência e maior previsibilidade na governança econômica. O Conselho Presidencial de Transição, formado em 2024 com apoio da

CARICOM, comprometeu-se a organizar eleições em 2025, além de implementar um programa de estabilização econômica em parceria com doadores internacionais e instituições financeiras multilaterais.

IV- Relações bilaterais

A parceria entre Brasil e Haiti está alicerçada em valores compartilhados e em uma trajetória de cooperação intensificada ao longo do século XXI. O Haiti foi o primeiro país da América Latina e do Caribe a conquistar a independência, em 1804, e o Brasil reconheceu a soberania haitiana ainda no século XIX. As relações diplomáticas bilaterais foram oficialmente estabelecidas em 1928.

Contudo, foi a partir dos anos 2000 que a relação ganhou maior densidade, em particular com o engajamento brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), entre 2004 e 2017, na qual o Brasil exerceu o comando militar da operação e foi o maior contribuinte de tropas. O País desempenhou papel-chave na área de segurança, mas também tomou iniciativas de reconstrução, assistência humanitária e apoio à institucionalidade democrática no país caribenho. Esse esforço conferiu ao Brasil visibilidade internacional e consolidou vínculos duradouros com o povo haitiano.

As relações também foram marcadas pela recepção, por parte do Brasil, de milhares de imigrantes haitianos desde o início da década de 2010, sobretudo após o devastador terremoto. O fluxo migratório levou à formulação de políticas específicas, como a concessão de vistos humanitários para haitianos, o que permitiu a regularização da presença haitiana em território brasileiro e fortaleceu os laços entre as duas sociedades.

A então chanceler do Haiti, Dominique Dupuy, esteve no Brasil, em agosto de 2024, para reuniões em Brasília e para participar da Conferência da Diáspora Africana, em Salvador. O atual Presidente do CPT, Fritz Jean, participou da Cúpula Brasil-Caribe em Brasília, em 13/6/2025.

V – Relações econômico-comerciais

O Haiti é parceiro relevante do Brasil no Caribe, ainda que a corrente de comércio bilateral seja modesta em comparação com países de maior porte. O Brasil mantém com o Haiti uma relação assimétrica, mas estratégica, com forte componente de solidariedade e cooperação para o desenvolvimento. Em 2024, o fluxo bilateral atingiu US\$ 81,1 milhões, composto por US\$ 79,7 milhões em exportações brasileiras e US\$ 1,4 milhões em importações do Haiti, resultando em um superávit de US\$ 78,3 milhões.

A pauta exportadora brasileira é composta predominantemente por produtos industrializados e bens de capital, refletindo o papel do Brasil como fornecedor de insumos essenciais à reconstrução e ao desenvolvimento haitiano. Em 2024, destacaram-se: carnes de aves (42%), açúcar (14,2%), preparações alimentícias (12%), máquinas e equipamentos elétricos (5,8%), produtos de higiene e limpeza (3,6%) e leite em pó (3,4%).

Do lado haitiano, as exportações para o Brasil são pouco diversificadas e de baixo valor agregado, compostas basicamente por resíduos têxteis e produtos artesanais. Em razão da baixa industrialização e da crise econômica prolongada do Haiti, o comércio bilateral é amplamente deficitário para o país caribenho.

Em termos de investimento estrangeiro direto (IED), não há registro expressivo de capital haitiano no Brasil nem de grandes investimentos brasileiros no Haiti.

VI – Cooperação técnica, cooperação para o desenvolvimento e ajuda humanitária

A cooperação técnica entre os dois países foi impulsionada no contexto de engajamento brasileiro na MINUSTAH, abrangendo áreas como saúde pública, agricultura, educação, segurança alimentar, gestão de riscos e fortalecimento institucional. O Brasil passou a ser um dos principais parceiros do Haiti em matéria de cooperação Sul-Sul, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com projetos implementados pelo Brasil por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em áreas como saúde, agricultura, educação, capacitação profissional e gestão de riscos. Está em vias de implementação projeto para o treinamento de policiais haitianos pela Polícia Federal.

Em 2025, durante a preparação para a Cúpula Brasil-Caribe, foram retomadas discussões sobre novas iniciativas de cooperação trilateral (envolvendo Brasil, Haiti e organismos internacionais) e a possibilidade de retomar a participação do Haiti no Programa de Estudantes-Convênio (PEC), com foco em ensino superior e formação profissional. Essas ações refletem o compromisso brasileiro com o desenvolvimento haitiano, em um marco de diplomacia solidária. Por ocasião da cúpula, o Haiti manifestou interesse na cooperação técnica na área de avicultura. A produção de carne e ovos poderia contribuir muito, na visão do governo haitiano, para a melhora na segurança alimentar e nutricional do país.

Constituído após os terremotos de 2010, o Fundo para Reconstrução do Haiti (FRH), administrado pelo Grupo Banco Mundial, que totalizou USD 400 milhões, esteve direcionado ao financiamento de projetos para melhorar as condições básicas de vida no país e para a capacitação do governo do Haiti, durante a vigência do Plano de Ação para a Reconstrução e Desenvolvimento do Haiti. O Fundo foi finalizado em 2024. O Brasil doou USD 55 milhões ao FRH, contribuindo para, entre outros, os seguintes projetos:

- i) “Centro de Formação Profissional Brasil-Haiti”, no valor de USD 17 milhões, composto por 12 (doze) edificações na região de Les Cayes, para a capacitação de jovens haitianos em cinco modalidades de natureza técnica (a saber: construção civil, mecânica automotiva, metalmecânica, refrigeração e climatização, e tecnologia da informação). Inaugurado em 1/10/25 pelo governo haitiano, com a participação do embaixador do Brasil em Porto Príncipe.
- ii) Cooperação na área da saúde, destacando-se o restabelecimento de três hospitais comunitários de referência (HCR) e do Instituto de Reabilitação do Haiti (IRH), para além de doação de ambulâncias, equipamentos, vacinas e treinamentos.
- iii) Curso de capacitação de policiais haitianos, a Academia da Polícia Federal está empenhada em dar treinamento, a partir de agosto de 2025, a até 400 policiais da Polícia Nacional do Haiti (PNH) como apoio à mitigação da atual crise securitária no país.

VII – Cooperação cultural e educacional

A promoção da riqueza e da diversidade de sua cultura brasileira, para além de estereótipos, é uma das linhas de ação prioritárias da Embaixada em Porto-Príncipe. Em razão das origens comuns, existe grande interesse na sociedade haitiana por expressões da cultura e da criatividade brasileiras, com destaque para a música, dança, capoeira, fotografia, culinária e o carnaval.

A divulgação da língua portuguesa, em sua vertente brasileira, tem sido realizada pela embaixada do Brasil por meio do Centro Cultural Brasil-Haiti (Celso Ortega Terra), por meio de diversas iniciativas apoiadas pelo Instituto Guimarães Rosa. Trata-se de importante canal de capacitação da juventude haitiana, que constitui aproximadamente 55% da população total do país.

VIII – Temas consulares e migratórios

A comunidade brasileira no Haiti conta com cerca de 40 pessoas, em sua maioria, religiosos e profissionais que trabalham em organizações internacionais de natureza intergovernamental e não-governamentais.

O fluxo de migrantes haitianos para o Brasil desde 2010 constitui um dos principais fenômenos migratórios na história brasileira recente. Além das dificuldades socioeconômicas enfrentadas historicamente pela população haitiana, o terremoto que atingiu o país em 12 de janeiro de 2010, que vitimou mais de 300 mil pessoas e provocou uma emergência humanitária de grandes proporções, teve impacto direto no aumento do número de haitianos que deixaram o país. O Brasil tornou-se, a partir de 2010, um dos principais destinos do fluxo haitiano.

Mantido há mais de uma década, o programa de vistos humanitários e de reunião familiar para cidadãos haitianos é reconhecido pelo Haiti e pela comunidade internacional como exemplo de solidariedade desinteressada. Os números alcançados são expressivos. Em 2010, havia menos de 500 haitianos no Brasil. Hoje, a comunidade haitiana no nosso País supera as 180 mil pessoas - equivalente a 1,4% da população total do Haiti - e continua crescendo. Tal situação coloca a Embaixada em Porto Príncipe como um dos Postos brasileiros que mais emitem vistos.

Tendo em conta o elevado número de solicitações de visto, as limitações de pessoal da Embaixada em Porto-Príncipe e ações ajuizadas contra a União demandando a concessão de vistos, foram publicadas duas novas Portarias Interministeriais, em conjunto com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, com o objetivo de viabilizar a continuidade da política humanitária e de criar novo mecanismo para facilitar processos de reunião familiar. A Portaria Interministerial nº 37, de 30 de março de 2023, renova a política de concessão de vistos humanitários, estendendo o prazo de validade dos documentos de 180 para 365 dias. Já a Portaria Interministerial nº 38, de 10 de abril de 2023, instituiu nova via de solicitação de vistos de reunião familiar. A partir de sua entrada em vigor, chamantes que já têm autorização de residência no Brasil passaram a solicitar o visto para seus familiares no Haiti perante o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Até 31 de dezembro de 2024, quando a Portaria nº 38 deixou de vigorar, pouco menos de 10 mil vistos de reunião familiar haviam sido expedidos, sendo que outros 35 mil pedidos seguem pendentes de processamento. As duas portarias vigoraram até 31 de dezembro de 2024. A Portaria nº 37 foi substituída pela Portaria nº 51, que replica o modelo que já vinha sendo utilizado para a concessão de vistos humanitários para nacionais afegãos. Segundo as normas da nova Portaria, a concessão de visto temporário está sujeita à existência de capacidade de abrigo por organização da sociedade civil com a qual a União tenha celebrado acordo de cooperação, em edital de seleção ainda a ser publicado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A normativa migratória reafirma o compromisso do Estado brasileiro em promover o acolhimento humanitário dos imigrantes haitianos de forma segura, ordenada e regular. A nova política pretende assegurar que, ao chegar no Brasil, os haitianos tenham acolhimento planejado, organizado e digno, de forma a melhor promover a integração local e a dignidade dos beneficiários, com segurança e preparação prévia. O processamento dos vistos de reunião familiar, por sua vez, voltou a ser regido pela regra geral, instituída pela Portaria Interministerial nº 12, de 2018.

MAPA ESTRATÉGICO DO MRE (PEI MRE)¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Defender e promover a imagem e a cultura do Brasil no exterior.
3. Assegurar informação, análise e assessoramento diplomático de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção das oportunidades de negócios e investimentos, dos interesses científicos e culturais, dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está em processo final de aprovação.

VISÃO

Contribuir para a superação da crise multidimensional por que passa o Haiti, por meio do apoio à estabilização política, securitária e social e a retomada da trajetória de desenvolvimento do país. Fortalecer as relações bilaterais, por meio da interlocução construtiva e a cooperação, em linha com os laços históricos de amizade que unem as duas sociedades, os imperativos da solidariedade na cooperação para o progresso dos povos e a prevalência dos direitos humanos.

MISSÃO DO POSTO

Auxiliar no planejamento e execução da política externa definida pelo Presidente da República, em linha com os princípios definidos pela Constituição Federal, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com o Haiti; respeitadas as complexidades e desafios locais, desenvolver a cooperação bilateral em todas as suas dimensões, em coordenação com o governo haitiano e com parceiros locais e internacionais; e prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos haitianos, brasileiros e de terceiros países que se encontrem no território sob a jurisdição da Embaixada.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Eficiência. Integridade. Solidariedade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Fortalecer as relações bilaterais com o Haiti, contribuindo para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais e internacionais, notadamente no âmbito das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, com vistas à estabilização política, econômica e social do país.
2. Ampliar a interlocução regular com agentes do governo local, da sociedade civil e do setor empresarial, com vistas a fortalecer os canais de diálogo e assim assegurar fluidez na realização de gestões e iniciativas de interesse para a política externa brasileira.
3. Prover tempestivamente a Secretaria de Estado de informações e análises fundamentadas sobre o cenário político interno e a ação internacional do Haiti, bem como sobre a conjuntura econômica doméstica e a inserção regional e internacional do país.
4. Desenvolver ações junto aos órgãos governamentais competentes e atores econômico-empresariais, em favor do aumento do intercâmbio comercial bilateral e da identificação de oportunidades de investimentos.

5. Prestar as informações necessárias e o apoio devido às empresas e entidades empresariais brasileiras interessadas em iniciar ou aprofundar o comércio com o Haiti ou em investir no país.
6. Prestar apoio na definição e execução da cooperação técnica, em áreas de interesse mútuo, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e, subsidiariamente, de demais prestadores nacionais de cooperação. Destaque para o apoio à formação de policiais e militares haitianos pelo Brasil e à cooperação técnica na área agrícola, especialmente em matéria de agricultura familiar.
7. Executar e ampliar ações de difusão cultural e de promoção da vertente brasileira da língua portuguesa, mediante iniciativas em parceria com órgãos governamentais, universidades, e instituições culturais locais.
8. Aperfeiçoar a qualidade do atendimento consular e de assistência a brasileiros, residentes, a turismo ou em trânsito no Haiti.
9. Prestar serviços consulares de qualidade aos nacionais haitianos ou estrangeiros no Haiti, conforme as diretrizes e marcos legais do governo brasileiro em matéria migratória à luz dos desafios no Haiti.
10. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência, com vistas a aumentar a eficiência e a capacidade de resposta da Embaixada brasileira em Porto Príncipe. Zelar pela gestão eficiente de recursos orçamentários alocados para a gestão do posto e dos programas de cooperação bilaterais.

Cabe destacar que o nível de êxito das ações sugeridas depende de uma melhora da situação de instabilidade política e de insegurança pela qual passa o Haiti. Se a situação continuar como está ou, pior ainda, seguir numa espiral de deterioração, os resultados poderão ver-se seriamente afetados.

I – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliação e diversificação do comércio bilateral e dos investimentos.

- a) Promover as exportações brasileiras de forma a buscar diversificação e maior equilíbrio da balança comercial, dentro de contexto político e econômico desafiador.
- b) Abrir canais para a exportação de produtos agrícolas ao Haiti, país que importa cerca de 50% dos alimentos consumidos.
- c) Promover o ingresso de exportações de carne vacuna e de frango do Brasil.
- d) Colaborar com a Agência Brasileira de Promoção de Comércio e Investimentos (Apex Brasil) e com outras entidades brasileiras relevantes, para a divulgação da oferta exportável brasileira de bens e serviços, favorecendo a participação de número crescente de empresas brasileiras, em especial de pequenas e médias empresas.
- e) Apoiar as iniciativas de diálogo e cooperação entre governos e entidades subnacionais, sindicais e patronais brasileiras com congêneres no Haiti, quando em benefício do conjunto da relação bilateral.

2. Produzir informações sobre o ambiente de negócios no Haiti para apoiar decisões de empresários e investidores brasileiros.

- a) Identificar novas oportunidades abertas para investimentos brasileiros no Haiti e, dentro de contexto político e econômico desafiador, procurar viabilizar investimentos e parcerias brasileiras em setores envolvidos na reconstrução da infraestrutura urbana e no desenvolvimento da economia do Haiti.
- b) Desenvolver atividades de inteligência comercial, por meio da elaboração de informes regulares sobre a situação econômica do Haiti. Atualização e distribuição de publicações de interesse de empresários e investidores brasileiros.
- c) Elaborar, em caráter periódico, análise sucinta da situação do intercâmbio comercial bilateral entre o Brasil e o Haiti, com vistas a manter adequadamente informados o governo brasileiro e as entidades brasileiras interessadas.
- d) Produzir estudos setoriais e de mercado, em conformidade com programa de trabalho autorizado pela Secretaria de Estado.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Análise dos dados desagregados de volume e preços dos produtos e serviços exportados pelo Brasil ao Haiti.
- b) Análise dos dados de investimentos brasileiros e de parcerias com atores locais.
- c) Número de eventos de promoção organizados com a participação da Embaixada e da APEX, especialmente com grandes importadores locais.
- d) Número de oportunidades comerciais identificadas e de estudos de inteligência comercial elaborados.
- e) Número de participações de entidades brasileiras em seminários, eventos, rodadas de negócios e feiras.
- f) Número de reuniões e gestões junto às autoridades haitianas competentes sobre temas de comércio e investimentos.

II – RELACÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Colaborar com autoridades locais para estabilização política e social do Haiti.

- a) Tendo em vista desafios econômicos, sociais e políticos do Haiti, manter diálogo fluido e construtivo com autoridades e atores políticos haitianos para fortalecer instituições e garantir o compromisso do país com o Estado de Direito e a manutenção da ordem democrática, em benefício do desenvolvimento do Haiti.

2. Acompanhar a situação interna do país em temas de relevância para as relações bilaterais e para os interesses da política externa brasileira.

- a) Preparar, em bases regulares, informações e análises sobre fatos e tendências das políticas interna no Haiti, inclusive em matéria de economia, comércio, finanças e investimentos, saúde, energia, meio ambiente, segurança, direitos humanos e fluxos migratórios, entre outros.
- b) Manter interlocução fluida com os principais atores do Haiti, com o objetivo de fazer avançar temas e iniciativas de interesse para as relações bilaterais.
- c) Preparar informações sobre as relações do governo do Haiti com países de maior projeção em sua agenda de relações exteriores.
- d) Trabalhar pela regularidade de reuniões dos foros bilaterais de diálogo, consultas e cooperação, segundo as prioridades do conjunto da relação bilateral.

3. Promover e apoiar a realização de visitas oficiais, missões e encontros para discussão de temas prioritários da agenda bilateral, regional e multilateral.

- a) Favorecer a realização de visitas recíprocas de alto nível para consolidar avanços concretos no

relacionamento bilateral, por meio de resultados substantivos.

- b) Apoiar as visitas de alto nível de autoridades brasileiras ao Haiti, segundo as prioridades e interesses identificados por ambos os lados.
- c) Promover a realização de visitas de delegações em nível técnico de parte a parte, segundo as prioridades e o andamento da agenda bilateral.

4. Apoiar a política multilateral brasileira por meio de gestões junto ao governo do Haiti.

- a) Atuar em parceria com organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos e a Comunidade do Caribe (CARICOM) para fins de estabilização, fortalecimento institucional, e a melhora das condições de vida da população haitiana.
- b) Fortalecer a interlocução junto aos embaixadores residentes em Porto Príncipe para atendimento dos objetivos gerais de desenvolvimento do Haiti em parceria com autoridades locais.
- c) Produzir análises regulares sobre os intercâmbios políticos com organismos regionais, multilaterais ou grupos de concertação política sobre o Haiti e a região.
- d) Informar sobre a atuação do Haiti e seus interesses em foros multilaterais e regionais.
- e) Contribuir para a aproximação e, se possível, para a concertação bilateral em foros multilaterais e regionais, em temas de interesse prioritário para a política externa brasileira.
- f) Realizar as gestões necessárias, com vistas a obter apoio do governo do Haiti a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais.

5. Estimular e apoiar o diálogo interparlamentar entre os dois países

- a) Incentivar e apoiar a realização de visitas recíprocas de delegações dos grupos parlamentares de amizade, com o objetivo de valorizar e dinamizar as relações entre as duas sociedades.
- b) Estimular e prestar apoio às visitas de autoridades parlamentares brasileiras ao Haiti e vice-versa.

Fortalecer o marco normativo do relacionamento entre o Brasil e o Haiti

- a) Avaliar as áreas em que entendimentos bilaterais seriam necessários para adensar o marco normativo bilateral.
- b) Segundo as diretrizes da Secretaria de Estado, apoiar a negociação de futuros acordos para o fortalecimento das relações bilaterais em geral e para a implementação e iniciativas de cooperação nas distintas áreas do relacionamento.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de documentos produzidos sobre política interna e política externa do Haiti.

- b) Número de reuniões, contatos e eventos oficiais com autoridades governamentais e com atores e organismos internacionais.
- c) Número de visitas e contatos ministeriais, de autoridades subnacionais e de delegações técnicas de parte a parte.
- d) Número de instrumentos concluídos.
- e) Número de gestões junto à chancelaria e demais órgãos governamentais.
- f) Número de notas e outras comunicações oficiais trocadas com a chancelaria e demais órgãos governamentais do Haiti.

III – PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Intensificar e diversificar as ações de promoção da cultura brasileira junto à sociedade haitiana.

- a) Ampliar e diversificar as iniciativas de difusão da cultura brasileira, especialmente por meio do Instituto Guimarães Rosa de Porto Príncipe.
- b) Fortalecer a interlocução com entidades do Haiti para avaliar formas de conferir maior visibilidade ao Brasil e à cultura brasileira.
- c) Apoiar eventual presença brasileira em eventos culturais do Haiti.
- d) Explorar a possibilidade de engajar entidades subnacionais na realização de eventos culturais que realcem aspectos regionais brasileiros.
- e) Fortalecer a divulgação das iniciativas de promoção da cultura brasileira por meio das redes sociais da Embaixada.

2. Desenvolver atividades de promoção da língua portuguesa

- a) Ampliar as atividades de promoção da língua portuguesa que vem sendo levadas a cabo pelo Instituto Guimarães Rosa de Porto Príncipe.
- b) Trabalhar para a retomada do Projeto PEC-G e pela possível reinstituição do programa de leitorado em universidade local.
- c) Promover a participação de alunos de língua portuguesa em eventos culturais organizados pela Embaixada.
- d) Promover eventos comemorativos do Dia da Língua Portuguesa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de gestões com autoridades/entidades haitianas,

- b) Número de eventos e atividades de promoção da cultura e da imagem do Brasil, inclusive de parcerias com rádios e meios de comunicação locais para promover a cultura e o turismo no Brasil.
- c) Número de participantes em atividades culturais promovidas pelo Posto.
- d) Número de ações de promoção da língua portuguesa.

IV – COOPERAÇÃO JURÍDICA, EM EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E SAÚDE²

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Aperfeiçoar os canais de interlocução com as autoridades competentes do Haiti, para o adequado encaminhamento de eventuais solicitações de cooperação jurídica por parte do Brasil.
- b) Promover a retomada dos programas de estudantes-convênio de graduação (PEC-G) e de pós-graduação (PEC-PG), bem como prestar apoio aos candidatos haitianos no âmbito das mencionadas iniciativas.
- c) Fortalecer a cooperação educacional entre os dois países, por meio da identificação de possíveis oportunidades de especialização para estudantes brasileiros interessados no Haiti e facilitação das informações a respeito.
- d) Ampliar as atividades de divulgação, para estudantes haitianos, das ofertas de estudo em instituições brasileiras.
- e) Acompanhar e informar sobre os avanços em matéria de direitos humanos no âmbito da sociedade e das instituições do Haiti.
- f) Examinar a viabilidade de estabelecer o diálogo bilateral específico em matéria de direitos humanos e promoção da diversidade.
- g) Difundir políticas públicas brasileiras na área de direitos humanos, especialmente aquelas que possam ser relevantes para a situação local.
- h) No setor de saúde, avaliar se há possibilidades de cooperação bilateral entre institutos e centros de pesquisa brasileiros e congêneres no Haiti.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- i) Número de reuniões e contatos para fomento de novas parcerias entre instituições brasileiras e haitianas.
- ii) número de eventos com o apoio ou a participação do Posto.
- iii) Número de estudantes enviados ao Brasil para graduação e pós-graduação em universidades brasileiras, assim como de estudantes brasileiros para formação em instituições locais.
- iv) Número de visitas de delegações e missões técnicas.

² A cooperação cultural foi tratada no item anterior

v) Número de informes elaborados pela Embaixada sobre os mencionados temas.

V – COOPERAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Apoiar a definição e a implementação da agenda da cooperação técnica e humanitária bilateral.

- a) Auxiliar, em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e em consulta às autoridades nacionais, no levantamento das prioridades atualizadas do governo do Haiti no que diz respeito à cooperação técnica e humanitária bilateral, favorecendo aqueles que possam gerar benefícios para ambas as partes.
- b) Auxiliar na implementação Acordo de Cooperação Técnica bilateral de 1982 e respectivos instrumentos subsequentes.
- c) Apoiar entidades estaduais e municipais brasileiras em ações junto a órgãos governamentais do Haiti, em favor do desenvolvimento e execução de projetos de cooperação, bem como de ações de aproximação nas diversas dimensões do relacionamento bilateral.
- d) Apoiar, por meio do diálogo com as entidades brasileiras de excelência em formação técnica (SEBRAE, SESC, SESI, entre outros) e os órgãos governamentais relevantes do Haiti, o desenvolvimento de iniciativas de formação, capacitação e treinamento, no campo das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do Centro de Formação Profissional Brasil-Haiti, inaugurado em 2024 na cidade de Les Cayes.
- e) Fortalecer os mecanismos de ajuda humanitária brasileira, por meio da manutenção de canais regulares entre instituições nacionais e congêneres no Haiti.
- f) Auxiliar o Haiti para captação de projetos e financiamento internacional com a finalidade de redução da pobreza e promoção do desenvolvimento econômico, como por exemplo, por meio da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

2. Cooperar na área de políticas de promoção da diversidade e inclusão social.

- a) Produzir informações sobre os avanços da legislação e das políticas públicas no Haiti em matéria de inclusão social e promoção dos direitos de grupos vulneráveis.
- b) Facilitar contatos bilaterais sobre a matéria e intercâmbio de experiências entre entidades governamentais e não governamentais brasileiras e haitianas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número e amplitude dos projetos de cooperação técnica.
- b) Número e amplitude das iniciativas de assistência humanitária.
- c) Número de informes elaborados pela Embaixada sobre a situação em matéria de direitos humanos, de políticas de inclusão social e de combate à desigualdade e à discriminação.
- d) Número de reuniões, gestões e outras ações para o fomento do diálogo bilateral em matéria de direitos humanos.

VI – COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROTEÇÃO AO MEIO

AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Manter diálogo com atores locais e internacionais para que os esforços de desenvolvimento do Haiti levem em consideração necessidades de sustentabilidade e proteção do meio ambiente.
- b) Identificar possíveis áreas de convergência de interesses em matéria ambiental para a concertação de posições.
- c) Promover a cooperação, em especial, no que se refere a zonas costeiras e ambientes marinhos.
- d) Difundir informações sobre iniciativas e soluções brasileiras em matéria de proteção ambiental e de desenvolvimento sustentável.
- e) Trabalhar pela divulgação e difusão de tecnologias limpas produzidas e utilizadas no Brasil, em especial no setor energético.
- f) Acompanhar e relatar iniciativas do Haiti em matéria de prevenção, mitigação e resposta a emergências climáticas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de encontros sobre cooperação em matéria de proteção ao meio ambiente, de desenvolvimento sustentável e de promoção de tecnologias limpas.
- b) Número de comunicações produzidas pela Embaixada sobre iniciativas em matéria de proteção ambiental e biodiversidade.
- c) Número de ações promovidas pela Embaixada sobre tecnologias limpas brasileiras.

VII – APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Manter contatos regulares com os cerca de 40 nacionais que vivem no Haiti, religiosos e outros grupos profissionais e sociais.
- b) Assegurar a prestação eficiente de serviços consulares de qualidade aos brasileiros residentes ou em trânsito no Haiti.
- c) Garantir a prestação rápida e eficiente de assistência consular a brasileiros em situação emergencial.
- d) Difundir informações consulares de relevância para os brasileiros por meio de redes sociais e do portal consular do Itamaraty.
- e) Dar conhecimento à comunidade brasileira de direitos e obrigações como cidadãos brasileiros residentes no exterior.
- f) Manter interlocução regular com autoridades locais, de modo a facilitar a solução de eventuais problemas migratórios que afetem nacionais brasileiros.
- g) Prestar assistência consular a eventuais brasileiros detidos na jurisdição do Posto.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de contatos/reuniões com a comunidade local.
- b) Número de atendimentos ao público para providências de passaportes, registros civis, procurações, entre outros.
- c) Número de assistências consulares e repatriações realizadas.
- d) Número de visitas a nacionais detidos na jurisdição do posto.
- e) Número de iniciativas voltadas para a comunidade brasileira na jurisdição do Posto.

VIII – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONSULARES A NACIONAIS HAITIANOS E OUTROS ESTRANGEIROS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Assegurar a prestação eficiente de serviços consulares de qualidade aos nacionais haitianos ou estrangeiros no Haiti, conforme as diretrizes e marcos legais do governo brasileiro em matéria migratória à luz dos desafios no Haiti.
- b) Difundir informações consulares de relevância para os consulentes por meio de redes sociais e do portal consular do Itamaraty e da Embaixada.
- c) Manter interlocução regular com autoridades locais, de modo a facilitar a solução de eventuais problemas migratórios.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de atendimentos ao público para providências de vistos, registro civil, atos notariais, tramitação de CPFs, entre outros.
- b) Número de visitas a parceiros locais e internacionais relacionados a questões migratórias.
- c) Número de iniciativas relacionadas a questões migratórias.

X – PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DE CARÁTER ECONÔMICO, POLÍTICO, SOCIAL E CULTURAL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Conferir prioridade à busca de posições comuns no plano bilateral que ajudem na consolidação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).
- b) Acompanhar, como observador, os trabalhos da Associação dos Estados do Caribe (AEC), sediada em Port of Spain, e fomentar as atividades de cooperação previstas no Acordo Básico de Cooperação entre o Brasil e a AEC, assinado em janeiro de 2005, e os compromissos assumidos na Cúpula Brasil – Caribe, realizada em 13 de junho de 2025, em Brasília, especialmente aqueles referentes ao Haiti.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de gestões e reuniões realizadas.
- b) Número de informações e expedientes preparados.